

Democracia e desenvolvimento: para além da sinofilia?

Roberto Passos Nogueira
(Médico, Doutor em Saúde Coletiva, pesquisador do IPEA)

Nas discussões recentes sobre alternativas de desenvolvimento para o Brasil, no âmbito da instituição a que estou profissionalmente vinculado, a abordagem adotada aparece com o seguinte pressuposto: a democracia é a condição de possibilidade do desenvolvimento.¹ Este pensamento é inovador na medida em que os exemplos de outros países que realizaram seu “take off” desenvolvimentista em décadas recentes vão noutra direção: as premissas estavam relacionadas unicamente com o papel do Estado e do mercado, e a interação entre ambos.

Colocar a democracia como sustentáculo do processo de desenvolvimento só pode ser entendido como um desiderato ético-político na medida em que é patente a fragilidade de nossa democracia. Resumo as debilidades da democracia representativa e participativa no Brasil por meio das seguintes constatações: 1) a democracia representativa se faz sem que os partidos defendam ideias sobre os rumos do desenvolvimento e muito menos sobre projetos alternativos de nação; 2) os movimentos populares mantêm-se ativos, mas pouco vigorosos e fragmentados, ou seja, com interesses específicos; 3) a democracia participativa na gestão pública (conselhos) está dominada por interesses particulares de certos grupos, sobretudo das corporações de profissionais de cada setor; 4) há um despotismo da mídia, da comunicação social pública e da propaganda governamental.

Daí surge uma pergunta: como uma democracia fraca como a nossa pode sustentar um processo de desenvolvimento acelerado e amplo, e que deveria também ser inclusivo?

Para ajudar a responder a esta pergunta, o resumo executivo da citada coletânea do IPEA retoma um importante pensador dos anos 1950-60, Álvaro Vieira Pinto, um dos fundadores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Pouca gente sabe, mas ele era médico, embora só tenha exercido a profissão como laboratorista e

¹ http://www.ipea.gov.br/082/08201004.jsp?ttCD_CHAVE=3271

aparentemente jamais tenha sido atraído pela Saúde Pública. Em 1983, fui visitá-lo em seu apartamento na Zona Sul do Rio em companhia de minha dileta amiga Annamaria Tambellini. Não lembro bem do que conversamos com Vieira Pinto naquela noite. Ele não era um intelectual afeito às questões do movimento sanitário e do pensamento crítico em saúde. Mas nunca me esqueci que ele mencionou ironicamente as dificuldades da vida de um professor obrigado a ensinar Platão e Hegel para estudantes de graduação que nada queriam saber deste tipo de assunto...

O esquema interpretativo de Vieira Pinto sobre democracia e desenvolvimento é muito influenciado por Hegel e o jovem Marx. Seu tema nacionalista predileto era o processo de tomada de consciência das massas alienadas, que as fazem participar ativamente do desenvolvimento e se libertar por este processo de auto-consciência. Portanto, trata-se da passagem pedagógica e política da condição de *massas em si* para a condição de *massas para si*, pelo qual o país pode forjar um projeto popular de desenvolvimento. A dialética do ser em si e do ser para si, no referente às mudanças da consciência de classe, foi fundamental para uma obra de juventude de Lukács, o qual posteriormente veio a rejeitá-la como estando marcada por uma interpretação excessivamente idealista.

A interpretação de Vieira Pinto é igualmente inaceitável, não só pelos seus matizes hegelianos, como também por outras razões que se relacionam não necessariamente com o realismo do pensamento marxista ortodoxo. É inaceitável, primeiro, porque o conceito de massas se tornou uma espécie de arcaísmo na esfera da análise política contemporânea. Falamos agora de cidadãos, de grupos sociais, de classes *c* e *d*, mas não mais de massas. A conotação coletivista de *massas*, que esteve associada tanto a idéias socialistas como fascistas, não faz mais parte do vocabulário de práxis política contemporânea. Segundo, é difícil aceitar que nos dias atuais um projeto de desenvolvimento possa de *per se* ter um apelo popular.

Nas décadas de 1950-60, a noção de desenvolvimento associava-se com avanço das forças produtivas, pressupondo que estas criariam condições objetivas para o advento de uma sociedade socialista, conforme já pressuposto por Marx. Essa perspectiva socialista tradicional não está mais colocada a não ser por uma renitente e respeitável minoria, que foi muito bem representada por Plínio de Arruda Sampaio nas recentes eleições presidenciais.

A questão de fundo é que nessas décadas do século XX, o desenvolvimento ainda aparecia associado com um dado projeto de nação, ou seja, de uma nação socialista. Hoje a situação é diferente: quando se fala de desenvolvimento, já não se indica a opção por qualquer tipo de projeto de nação. Pelo contrário, para muitos, desenvolvimento não se identifica mais com emancipação política, mas passou a ser sinônimo de problemas ambientais, consumo desenfreado, maior poder dos grandes empresários e toda a problemática da superpopulação urbana.

Hoje se admite que a democracia constitua um valor universal, algo que sempre interessa a todos, mas não se pode pensar o desenvolvimento como um valor em si, porque este pode vir num formato que atende somente aos interesses de um grupo ou de uma classe já em si privilegiada. Aqui não basta dizer que se tem em vista um desenvolvimento inclusivo, porque a inclusão social, por mais importante que seja, foi reduzida aos efeitos de ampliação do mercado de consumo (inclusive através do Programa Bolsa Família). É evidente que isto não basta para criar cidadania ou equidade, ou mesmo uma classe média emergente, como tem apontado insistentemente Jessé de Souza em vários estudos. Infelizmente, inclusão hoje passou a se identificar com a mera ampliação do mercado interno, algo importante até mesmo no pensamento de Celso Furtado, mas insuficiente quando considerado na perspectiva de um projeto de nação.

O que precisamos evitar na conjuntura imediata do desenvolvimento brasileiro é a tentação da sinofilia. Esta palavra evoca outras que a Igreja considera sinônimo de pecado. O que quer dizer sinofilia? Esta palavra que acabo de inventar (acho eu, porque o Google só registra cinofilia, a afeição aos cães), designa a tendência a imitar o estilo de desenvolvimento chinês: *acelerado, autoritário, não enraizado na sociedade civil e com pouco apreço pelas questões ambientais.*

Marx já dizia que o capitalismo não precisa de capitalistas no sentido de proprietários dos meios de produção: sua essência é *o valor que se valoriza a si mesmo de modo incessante*. O capitalismo é esse dinamismo da acumulação do capital como valor, tomado como fim em si mesmo e que tende a vencer todos os limites técnicos e sociais.

Neste sentido, a sinofilia deve ser entendida como a devoção ao consumo maciço de mercadorias, considerados salvadores da pátria (pobre Mao!).

No grego do Novo Testamento, a palavra pecado, *hamartia*, quer dizer etimologicamente “errar o alvo”. A sinofilia é um erro de alvo do desenvolvimento, porque, conforme antevisto utopicamente pelo jovem Marx, a razão de ser de uma sociedade comunista é o desenvolvimento ilimitado das potencialidades e da liberdade do homem. Acredito que Amartya Sen pretendeu produzir uma versão liberal desta utopia quando colocou as habilidades humanas como alvo do desenvolvimento econômico.

A questão principal é esta: quando falamos em considerar a democracia como condição de possibilidade do desenvolvimento, temos em vista algum projeto de nação para ser tomado como ideal para nossa práxis e que seja capaz de guiar tal desenvolvimento em seus rumos em benefício das habilidades e da liberdade humanas, muito além da sinofilia?

Para contar com tal projeto de nação, seria preciso igualmente contar com uma práxis de hegemonia no sentido gramsciano, ou seja, uma práxis que conferiria direção moral à sociedade civil como parte do Estado ampliado. Neste sentido, pode-se dizer que o lulismo é, politicamente, uma força hegemônica, mas não tem unidade ideológica nem o terá nos próximos anos para exercer tal direção moral. O ecosocialismo, tal como vem sendo pleiteado nos Fóruns Sociais Mundiais, é um projeto atraente, mas ainda com contornos pouco definidos do ponto de vista econômico-social e que se encontra numa etapa incipiente de formulação entre nós.

Para contar com um projeto de nação qualquer que seja é preciso dispor de intelectuais orgânicos, movimentos sociais, sindicatos, ONGs e partidos que confrontem suas visões de futuro, para que uma dada direção hegemônica possa ser estabelecida. Mas nossa sociedade civil está débil, o que pode ser demonstrado pela escassa vitalidade dos nossos movimentos sociais, quando comparado com o vigor exibido nos anos 1980. Por tudo isso, há uma forte chance de que nosso desenvolvimento seja mais ou menos *autocrático* e conduzido diretamente pelo Estado através de incentivos para o crescimento do emprego, da produção e do consumo. Sabemos, por outro lado, que a

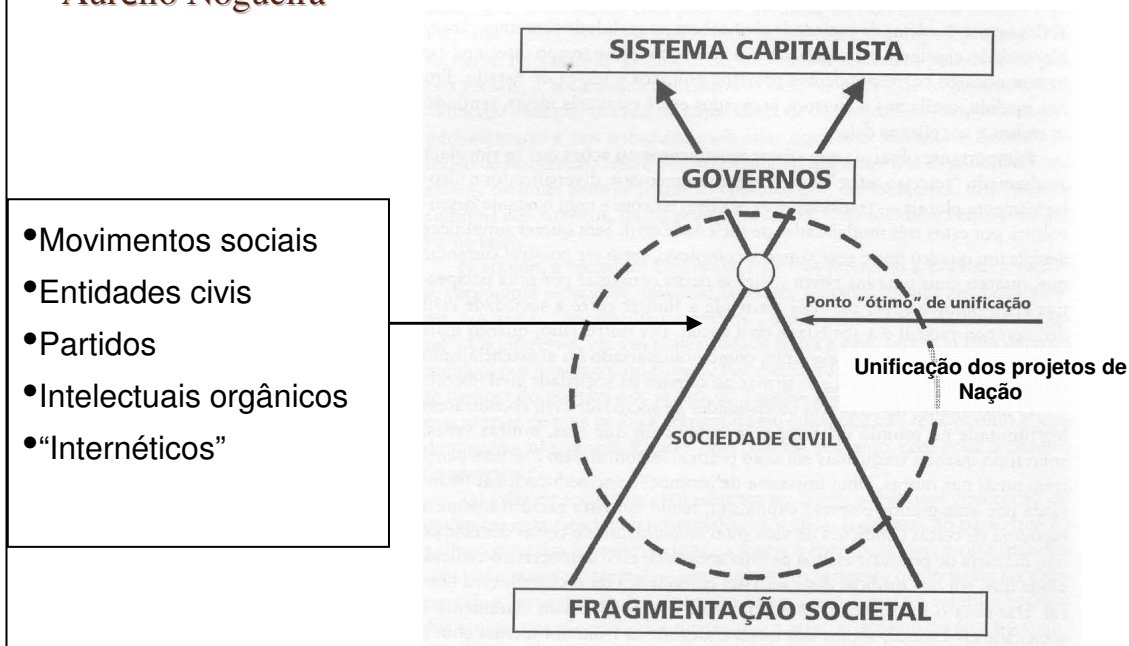
racionalidade econômica historicamente tende a esmagar a racionalidade política democrática.

Tal cenário é inevitável a não ser que algo novo aconteça no âmbito da sociedade civil para que esta possa interagir com o Estado conduzindo um projeto diferente daquele que advém da sinofilila. Mas de que modo isto poderia acontecer?

Precisamos, antes de tudo, de intelectuais orgânicos, de acordo com as lições de Gramsci. O intelectual orgânico tem que estar acima dos seus interesses de grupo social, para bem exercer seu papel de direção político-moral na sociedade civil. Por outras palavras, não pode estar preso aos objetivos e interesses próprios de cada grupo (como acadêmicos, servidores públicos, políticos profissionais, etc.). O intelectual pode sobreviver como um professor universitário, mas não pode ser cativo das regras da academia, que cada vez mais fazem da Universidade um aparato de Estado. Com efeito, essas instituições impõem hoje um modelo produtivista que deixa pouco espaço e tempo para o atuar gratuito e libertário peculiar ao intelectual orgânico. Podemos, neste sentido, perguntar: quem são os grandes intelectuais orgânicos da sociedade civil brasileira hoje em dia e como eles estão ligados à academia, à mídia e à Internet? Há muitos nomes a citar, mas queria lembrar, em particular, a Leonardo Boff como um exemplo admirável de combinação de liberdade, criatividade e dedicação de militante.

Numa sociedade civil democrático-radical, o objetivo dos intelectuais orgânicos, dos movimentos sociais, das ONGs e dos conectores internéticos (cada vez mais importantes em seus blogs e redes sociais) é estabelecer um projeto unificador de Nação. Mas para chegar a este objetivo faz-se imprescindível primeiramente superar os efeitos adversos da fragmentação da própria sociedade civil e, em seguida, encaminhar o projeto para dentro dos governos, com repercussão sobre o conjunto do sistema capitalista. O que está referido aqui é um movimento de posicionamento estratégico desses agentes e não um levante popular, que muitas vezes acontece na base da força de rebelião contra o poder dominante, mas sem contar com um projeto de nação. O seguinte esquema ilustrativo, baseado em texto de Marco Aurélio Nogueira, é útil para sintetizar os elementos presentes nesse movimento da sociedade civil numa democracia radical.

Quadro I - Sociedade civil democrático-radical, adaptado de Marco Aurélio Nogueira*



*In: Coutinho, C. N. *Ler Gramsci, Entender a realidade*, Civilização Brasileira, 2003.

Só poderemos contornar a sinofilia se tivermos uma sociedade civil com esse caráter democrático-radical. Precisamos de um projeto de nação que articule as possibilidades de associação entre desenvolvimento e democracia participativa, não limitada aos “conselhos” institucionais, e, portanto, com movimentos sociais fortes e intelectuais orgânicos de voz ativa. A democracia não é apenas um modo de Governo de acordo com certas regras, mas um valor universal que é tanto mais admirável quanto mais for respaldado pelo espírito republicano - esta é dura lição que a esquerda aprendeu nos anos 1980, mas que muitas vezes parece já ter sido esquecida devido à ânsia de ter um governo bem avaliado pela opinião pública.